

DO “TRIÂNGULO DO LÍTIO” AO “VALE DO LÍTIO”: conflitos territoriais da mineração de lítio em diferentes escalas

João Vitor Fernandes Rodrigues¹

Flora d’El Rei Lopes Passos²

RESUMO:

O presente artigo resulta de estudos acerca da mineração de lítio nas principais reservas da América Latina e no Vale do Jequitinhonha (MG), inserida numa corrida global, impulsionada nos últimos anos pela “transição energética”. Objetivando compreender os impactos sócio-espaciais dessa atividade, apresentamos reflexões preliminares de pesquisa em andamento, a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Em diferentes escalas, compreendemos como o discurso desenvolvimentista legitima a exploração minerária, ao mesmo que reforça os impactos neoextrativistas.

Palavras-chave: Mineração; Lítio; Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT:

This article results from studies on lithium mining in the main reserves of Latin America and in the Jequitinhonha Valley (MG), embedded in a global rush driven in recent years by the so-called "energy transition." Aiming to understand the socio-spatial impacts of this activity, we present preliminary reflections from ongoing research based on a literature review and document analysis. At different scales, we understand how the developmentalist discourse legitimizes mining exploitation while reinforcing neo-extractivist impacts.

Keywords: Mining; Lithium; Jequitinhonha Valley.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos observado uma crescente preocupação mundial em relação às questões energéticas, principalmente no que tange à dependência dos combustíveis fósseis. Dessa preocupação emergiram novos conceitos que pautam as principais discussões econômico-políticas sobre o tema. Um dos mais relevantes é o da transição energética. No entanto, para Jean-Baptiste Fressoz (2014), tratarmos o conceito de transição como algo

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFOP E-mail: joao.vfrodrigues@gmail.com.

² Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP. E-mail: flora.passos@ufop.edu.br.

consolidado pode ser uma ilusão perigosa, uma vez que não possui um marco histórico. Cataia e Duarte (2022) argumentam que, historicamente, não passamos por momentos de transição nos quais há um abandono de um estado para outro, entendendo que, em vez de uma ruptura com o recurso antigo, passamos por sucessivas adições de novas fontes de energia primária. Nesse contexto, os minerais críticos³ tornam-se epicentros desse processo, uma vez que são essenciais para os produtos da "nova energia" (carros elétricos, baterias de eletrônicos como celulares, notebooks e tablets), sendo o lítio a matéria-prima principal para a fabricação de muitos destes produtos, além de medicamentos, ligas metálicas condutoras de calor, entre outros.

Entendendo que esse minério se tornou uma peça-chave na economia e no cenário geopolítico atual, países com reservas consideráveis buscam garantir sua inserção no mercado global para não ficarem à margem desse momento estratégico, resultando no que tem sido chamado de “corrida do lítio”. Podemos compreender, primeiramente, que as principais reservas de lítio do mundo estão concentradas na América Latina. Embora os dados ainda não sejam totalmente consolidados, estima-se que cerca de 57,7% do lítio global esteja no chamado “Triângulo do Lítio”, que engloba os países Argentina, Chile e Bolívia, com 22,1%, 11,2% e 24,4%, respectivamente (U.S. Geological Survey, 2021). Trata-se de uma atividade que vem provocando sérios impactos territoriais, principalmente (mas não apenas), nas comunidades próximas aos locais (salares) onde ocorre a extração do mineral.

No Brasil, acreditava-se que nossas reservas correspondiam a apenas 0,5% do total mundial (Heider, 2020), mas pesquisas recentes mostram que o país detém 8% das reservas mundiais de lítio (Paes et al., 2016), portanto, em posição de destaque no cenário global. Foram identificados 45 depósitos de lítio no país, com destaque para o Vale do Jequitinhonha (Paes et al., 2023), que detém, em média, 85% das reservas. Assim, o Vale do Jequitinhonha, região situada no nordeste do estado de Minas Gerais, está tanto sob os olhares nacionais, em campanhas políticas desenvolvimentistas, quanto internacionais, atraindo grandes empresas estrangeiras. Sob a narrativa do progresso, o Vale do Jequitinhonha é reduzido ao megaempreendimento chamado de “Vale do Lítio”.

O presente artigo apresenta reflexões preliminares de pesquisa, que tem como principal objetivo investigar os conflitos territoriais da mineração de lítio na região do Vale do

³O termo "crítico" decorre tanto de sua importância dentro sistema econômico atual quanto do risco de escassez e da concentração geográfica de suas reservas e produção, resultando na dependência de um número restrito de países ou regiões. Exemplos incluem lítio, cobalto, terras raras e níquel. A União Europeia e os Estados Unidos publicam periodicamente listas de minerais estratégicos para o mercado global.

Jequitinhonha, Minas Gerais, partindo da observação em escala global e continental (América Latina) até a escala regional (Vale do Jequitinhonha). No presente artigo, especificamente, apresentamos dados obtidos de pesquisa bibliográfica e documental. O artigo é estruturado em duas partes principais, em que se terá a abordagem do tema em diferentes escalas: 1) Os impactos territoriais da mineração de lítio na América Latina, no chamado Triângulo do Lítio, formado pela Argentina, Chile e Bolívia; e 2) A criação do megaempreendimento “Vale do Lítio” que inclui, principalmente, municípios da região do Vale do Jequitinhonha.

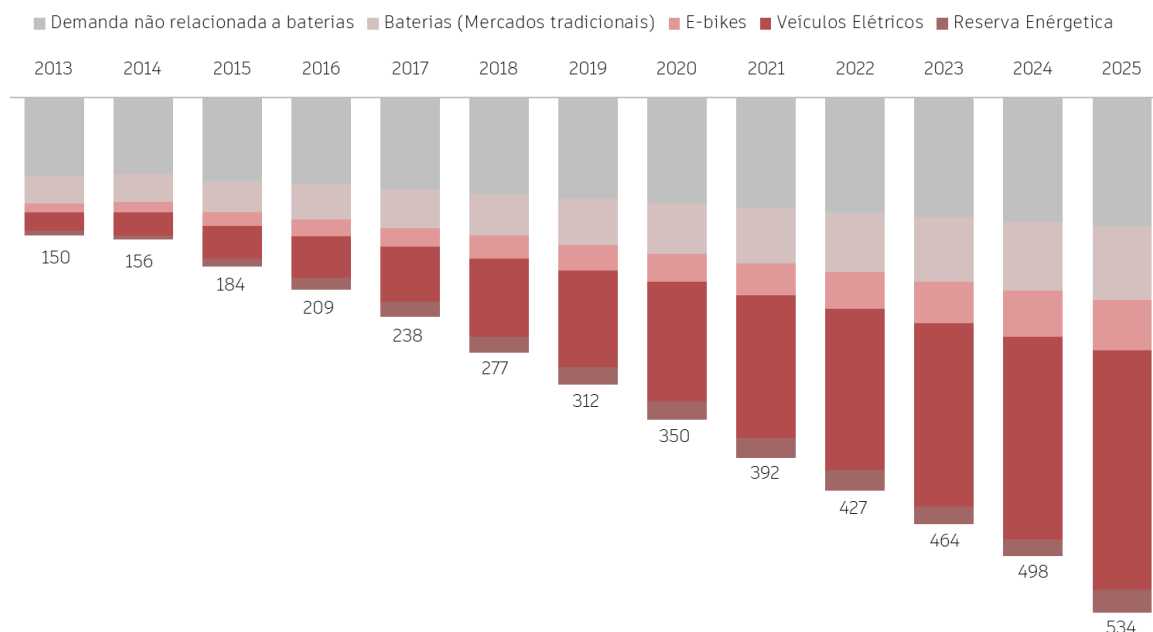
2 IMPACTOS E RESISTÊNCIAS DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

A mineração sempre esteve presente no território latino-americano. Aráoz (2020, p. 275) nos ajuda a entender como modelos do neoextrativismo se enraízam em nossos territórios, uma vez que “o extrativismo é a marca perene de nossa origem colonial, que não se apagou durante a etapa pós-colonial”. Se durante o período pungente da colonização a exploração era principalmente de ouro, prata e pedras preciosas, hoje, enfrentamos um modelo de neoextrativismo que reforça as relações de dominação entre os países do Norte Global (dominantes) e os países do Sul Global (dominados), demonstradas na exploração predatória de recursos naturais e de povos, a exemplo da exploração de mão de obra barata no México em fábricas pertencentes a corporações estrangeiras, majoritariamente estadunidenses, ou da exploração do lítio no chamado “Triângulo do Lítio” da América Latina (Argentina, Chile e Bolívia), objeto de estudo neste trabalho.

No caso da colonização do então “novo continente”, o discurso de amparo ao “atraso” serviu como fundamento para legitimar a importância do colonizador sobre o colonizado. Parte dessa lógica se baseou na construção de uma narrativa sobre a primitividade dos povos originários da América Latina, já que os europeus, ao se considerarem avançados em relação a outros povos e regiões, “reduziram as diferentes temporalidades do mundo ao seu próprio tempo, ao seu relógio que, acreditaram, seria universal. Marcaram a Terra e tentaram impor-lhe uma ‘ordem’” (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 20). Bernardo Salgado Rodrigues e Raphael Padula (2017) discutem que, desde a década de 1970, podemos observar dentro do sistema internacional uma série geopolítica de aceleração e continuação da competição mercadológica. Os autores concluem, ainda, que tal contexto deságua numa disputa de poder e, principalmente, disputa de territórios com valor econômico, que representam importância estratégica.

Percebendo que a mineração de lítio na América Latina parte, principalmente, de um viés econômico global, inserido nas necessidades mundiais e nos moldes do neoliberalismo econômico, podemos falar de uma “corrida do lítio”. A partir do gráfico subvertido⁴ (Gráfico 1), que mostra a projeção de demanda do minério entre 2013 e 2025, observamos como esse metal ganhou notoriedade recentemente.

Gráfico 1 - Projeção da Demanda Global de Lítio por aplicação (LCE kt)



Fonte: Modificado pelos autores, 2024. Base de dados: Deutsche Bank, 2016.

Ao analisarmos o gráfico, percebemos que a projeção de demanda do minério quase triplicou na última década. Dados mais recentes, fornecidos pela *International Energy Agency* (IEA, 2017), demonstram que a demanda por baterias de lítio ficou em torno de 140 kt em 2023. Esses números evidenciam que a demanda pelo minério segue uma trajetória exponencial, que, em grande parte, depende dos países do Sul Global para se concretizar, uma vez que a maior parte das reservas está concentrada nesses territórios.

Ao pensarmos na demanda de lítio e a relação entre reservas e extração em que se insere a América Latina, com ênfase na Argentina, Chile e Bolívia, podemos observar uma similaridade nos processos de mineração nesses países, todos atrelados à lógica capitalista já aqui elucidada. O Norte Global hoje — e a Europa no período colonial latino-americano — não

⁴ Em uma abordagem tradicional, veríamos os dados da demanda global de lítio dispostos de forma crescente, valorizando uma perspectiva econômica da questão. Subverte-se essa lógica ao apresentá-los de forma decrescente.

apenas dominam os territórios e seus povos, com a extração de lítio no “Triângulo do Lítio”, ou também chamado “ABC do Lítio”, essa história se repete.

A partir de dados publicados no “Jornal Página 12”, Cataia e Duarte (2022) trazem que a exploração do lítio na Argentina se mantém altamente vinculada a empresas transnacionais, sendo os principais empreendimentos: a) *Salar Olaroz*, explorado por *Sales de Jujuy*, integrada à *Orocobre S/A* (empresa Canadense), *Toyota Tsusho Corp* (Japonesa) e *Jujuy Energia y Minería Sociedad del Estado* (Jemse), uma empresa estatal da Província; b) *Projeto Fénix*, em *Salar del Hombre Muerto*, operado em Catamarca pela empresa *Livent*, uma subsidiária da empresa norteamericana FMC; c) *Projeto Cauchari Olaroz*, próximo de entrar em operação, localizado em Jujuy, operado por *Minera Exar*, uma empresa na qual a canadense *Lithium Americas* e a chinesa *Jiangxi Ganfeng Lithium* possuem cada uma 45,75% das ações e a empresa estatal *Jemse* fica com 8,5%. Segundo os autores, “hoje, aproximadamente 90% da produção mundial de terras raras (que também abastecem a indústria bélica, além de servir ao craqueamento de petróleo) provém da China e fica cada vez mais claro que os EUA não querem se tornar dependentes de Pequim” (Cataia; Duarte, 2022, p. 767).

Rodrigues e Padula (2017), também reforçam que há uma aceleração da competição estatal e a intensificação da competição mercadológica do sistema capitalista global. Nessa reestruturação, ocorre a quebra da “era dos ciclos”, dando lugar a uma crise estrutural. Assim, é a partir desse momento de aceleração da competição mercadológica a nível global que conseguimos entender a maquinação da dominação neoliberal, uma vez que as matérias do “progresso” estão configuradas em uma nova geografia, que, muitas vezes, não respeita a hegemonia do poder. Com o avanço das grandes corporações transnacionais, a mineração moderna desenvolveu-se como um poderoso maquinário extrativista, cujo objetivo de saciar os anseios desenvolvimentistas das potências ocidentais resultou na destruição de populações inteiras no Sul Global, assim como de seus modos de vida e paisagens (Aráoz, 2020).

É importante ressaltar que a extração de lítio, apesar de atrelada a discursos de “energia verde”, implica impactos, como destacado por Göbel (2013) ao analisar a produção do mineral na Argentina. Segundo a autora, o modelo de exploração não se diferencia de outras commodities minerais, funcionando como uma espécie de enclave econômico, no qual as populações indígenas da Puna Argentina encontram-se em uma posição vulnerável e desigual frente às grandes empresas. Ao mesmo tempo, há um aspecto diferente quanto à visibilidade midiática, tanto na escala provincial quanto internacional, tratando-se do “símbolo do ‘progresso limpo’ pós-petróleo, do desenvolvimento de estilos de vida sustentáveis e carbono

zero, impulsionados por sistemas de energia renovável e mobilidade elétrica” (Göbel, 2013, p. 140, tradução nossa).

Acselrad et al. (2009) apontam que a concepção ambiental homogênea, aliada a estratégias neoliberais, é o que formula o pensamento ecológico predominante atualmente entre políticos, empresários e organizações multilaterais.

Assim, de um modo geral, o debate ecológico deixa de interpelar o conteúdo do modelo de desenvolvimento, naturalizando-se seus pressupostos atuais em seus três âmbitos: acerca do que se produz, de como se produz e para quem se produz. A concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os grupos étnicos mais despossuídos, permanece ausente da pauta de discussão dos governos e das grandes corporações (Acselrad et al., 2009, p. 15).

Bibiana I. G. Xerri e Eliana G. Xerri (2023) argumentam que já é possível notar danos socioambientais no “Triângulo do Lítio”, atrelados à extração do minério nas salinas latino-americanas. Os conflitos sociais, presentes principalmente em comunidades indígenas, podem ser explicados por duas razões principais. A primeira é de caráter geográfico, já que a exploração frequentemente coincide com territórios de povos originários. A segunda é que a presença dessas comunidades está relacionada aos direitos à autonomia e à autodeterminação, o que, muitas vezes, gera conflitos com os interesses do Estado e com o poder econômico que gerencia esses megaempreendimentos, que se enraízam tanto no âmbito político quanto legislativo e ideológico desses territórios, levando as comunidades a terem seus direitos constantemente violados (Pragier; Novas; Christel, 2022). Assim, existe uma desconexão entre esses megaempreendimentos e o território como um local de relações sócio-espaciais. Tomando como exemplo as províncias de Jujuy, Salta e Catamarca, localizadas no noroeste da Argentina, Göbel (2013) explica que foram concedidas concessões minerárias para a exploração e posterior extração de lítio em uma extensão superior a 300.000 hectares, sobrepostos a terras de pastoreio, territórios indígenas e reservas naturais, sem a participação da população local.

Quando se trata da exploração de salares, a autora aponta a presença de torres de perfuração, de cercamentos, edificações, movimentação de veículos, entre muitos outros que mudam drasticamente tanto a paisagem quanto os modos de vida. Além disso, a mineração de lítio tem sido desvantajosa para os moradores da Puna de Atacama (território dividido entre Chile, com 15%, e Argentina, com 85%), pois a mudança nas características paisagísticas locais têm um efeito negativo sobre o turismo. Os turistas buscam nos salares um deserto "exótico e intocado", mas a presença da mineração altera esse cenário e, com isso, há uma transformação forçada nas relações sociais do espaço, uma vez que, diante da queda do turismo, aqueles que dependem dessa atividade são obrigados a buscar outros meios de sobrevivência (Göbel, 2013).

Diante disso, percebemos que a relação entre a paisagem e a mineração de lítio é muito mais que uma alteração da estaticidade da imagem; ela impacta diretamente as dinâmicas sócio-espaciais.

O neoextrativismo na contemporaneidade causa impactos diversos, uma vez que, tecnologicamente, aumentaram-se os recursos para diferentes explorações e aumentou-se a escala de produção: “os aspectos críticos dessas explorações remetem à magnitude das superfícies afetadas, ao uso de recursos hídricos, à demanda energética e à capacidade de destruição dos ecossistemas locais” (Aráoz, 2020, p.195).

A partir de dados levantados em estudos ambientais, Bibiana I. G. Xerri e Eliana G. Xerri (2023) discutem que a extração de lítio reduz os níveis de água superficial, o que, por exemplo, diminui a população de flamingos e outras espécies, e, por conta do aumento da temperatura superficial, reduz a água dos lençóis freáticos, levando a problemas ambientais graves, como a morte da espécie de árvores Algarrobo, nativas do Pantanal mato-grossense, entre Paraguai, Argentina e Bolívia. Uma vez que a água, mesmo que não potável, é essencial para as comunidades das regiões mineradas no Triângulo do Lítio, é cada vez mais comum vermos tais comunidades em protesto por seus modos de vida, especialmente em relação à importância da água para a agricultura. Tomemos como exemplo as comunidades indígenas da Argentina (Figura 1), que recusam a extração de lítio em seus territórios: “dizemos não ao lítio sem consulta prévia, livre e informada. Vamos continuar defendendo o que decidimos na assembleia de todas as comunidades indígenas e que expressamos nas atas que enviamos ao governo” (Clemente Flores *apud* Dialogue Earth, 2019).

Figura 1 – Comunidades de Jujuy, na Argentina, protestam contra a exploração de lítio



Fonte: FARN.

3 POR UMA URGENTE DENÚNCIA DA “CORRIDA DO LÍTIO” NO VALE DO JEQUITINHONHA

A região do Vale do Jequitinhonha vem ganhando bastante notoriedade nos últimos anos, devido às suas reservas de lítio, que correspondem a cerca de 85% de toda reserva nacional. Mais uma vez, o Vale é “re-redescoberto”, graças a Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs), sendo que, neste caso, tratamos do chamado “Vale do Lítio”. Servilha (2012) nos ajuda a entender esse conceito de redescoberta do Vale quando trata sobre a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) criada em 1964, ano do golpe militar: “a região que teria permanecido ‘esquecida’ e isolada do restante do estado desde a decadência da mineração e, posteriormente, do algodão” (Servilha, 2012, p.29).

A mineração sempre esteve presente no contexto do Vale do Jequitinhonha, desde a ocupação no período colonial, a partir do início do século XVIII, ligada à exploração do ouro e, no fim da década de 1720, ao diamante no arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina (Furtado, 2009). Hoje, a região novamente ganha holofotes devido à mineração de lítio e ao potencial de transformar-se no “Vale do Lítio”, projeto econômico-social que possui o governador Romeu Zema como um de seus principais agentes. Em reuniões e encontros internacionais, o governador lançou o projeto em nível global, com destaque para sua apresentação na Nasdaq, em Nova Iorque, EUA (Minas Gerais, 2023). Segundo Zema, o objetivo do projeto é transformar o Vale do Jequitinhonha em um polo de tecnologia vinculado ao lítio. O termo também aparece no discurso das próprias empresas de exploração. Em entrevista para a revista *Mineração & Sustentabilidade* a Co-CEO da Sigma Lithium⁵, Ana Cristina Cabral-Gardner afirmou ser “uma honra transformar o Vale do Jequitinhonha no Vale do Lítio” (Alvarenga, 2022)⁶. Esse discurso se esbarra, então, em uma espécie de satisfação em levar o “progresso” e o “desenvolvimento” para o “Vale da Pobreza”.

O projeto “Vale do Lítio” segundo Oliveira (2024) foi idealizado pela InvestMinas, uma agência estatal que tem como objetivo atrair investimentos e empresas para Minas Gerais.

⁵A Sigma Lithium é uma empresa canadense de mineração que se destaca na extração e beneficiamento de lítio. Atua principalmente no Vale do Jequitinhonha, onde desenvolve o projeto Grota do Cirilo, que leva o status de ser um dos maiores depósitos de lítio de rocha dura do mundo.

⁶Disponível em <https://revistamineracao.com.br/2022/09/20/e-uma-honra-transformar-o-vale-do-jequitinhonha-no-vale-do-litio/> Acesso em 13 fev. 2025

Oliveira (2024) reforça que a responsabilidade pela atração das empresas está sob a Gerência de Cadeias de Mineração, Siderurgia e Metal-Mecânica.

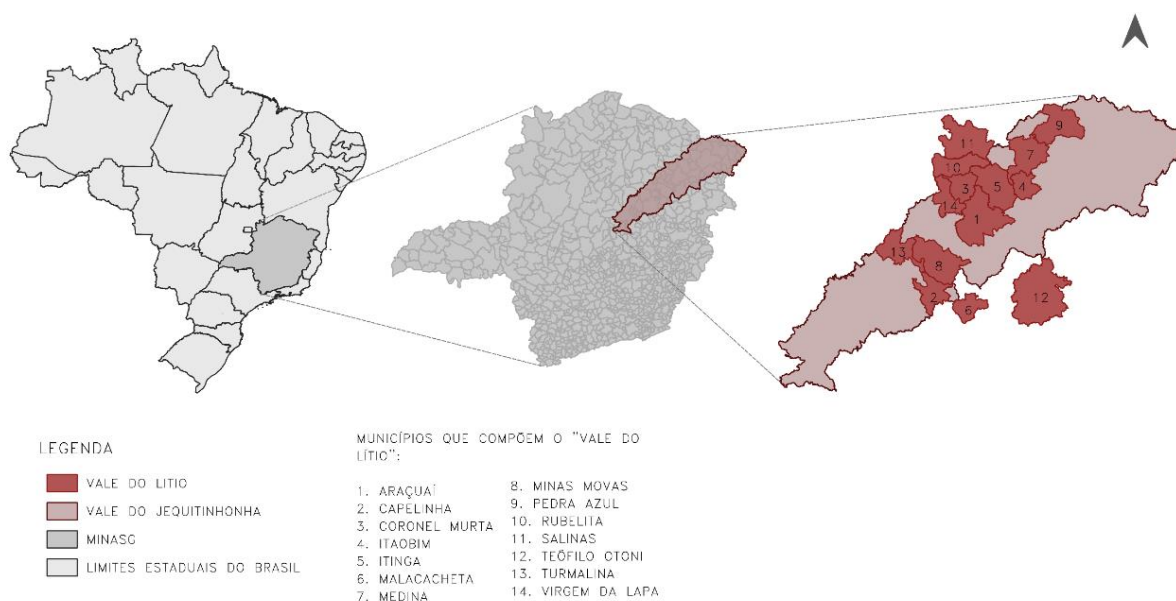
Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), trazem uma questão bastante pertinente quando se trata de nomear territórios, ou melhor, de estabelecer relações de dominação a partir dos nomes que são dados aos territórios.

Nomear cada coisa, cada lugar, é um modo de nos apropriarmos do espaço, de nos territorializarmos. Assim é que o território que habitamos nos parece algo natural. Entretanto, todo território é uma criação e, em especial no caso de nossa espécie, uma criação histórica que, como tal, traz dentro de seus processos e sujeitos que protagonizaram sua instituição (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 14).

Estes e outros pesquisadores do campo da geografia defendem que o conceito de território está imbricado nas relações de poder. Ao refletirmos sobre o assunto, conseguimos entender que o Vale do Jequitinhonha esteve, em diferentes momentos históricos, num jogo de narrativas, e de poder, carregando estigmas historicamente construídos, como os rótulos de “Vale da Pobreza” e “Vale da Miséria”. Esses estigmas são frequentemente utilizados como justificativa para validar empreendimentos que se fundamentam em discursos desenvolvimentistas. Martins e Pereira (2019) reforçam essa ideia no artigo “O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha”, ao afirmarem que projetos desenvolvimentistas não apenas reforçam a construção desses estigmas, mas também se alimentam deles como forma de legitimação para suas ações. Segundo os autores, “sem sombra de dúvida, os projetos que propunham tirar o Vale do Jequitinhonha da pobreza contribuíram para aumentar o drama da pobreza. Para além disso, criou-se um comportamento comum de aceitação de que a pobreza é natural ou coisa de Deus” (Martins; Pereira, 2019, p. 204). Esse tipo de narrativa coloca regiões estigmatizadas em uma dualidade entre a pressão do progresso sertanejo e os impactos que esses projetos efetivamente causam no território.

As cidades que compõem o chamado “Vale do Lítio” localizam-se, em sua maioria, no Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. O território é formado por 14 cidades: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni e Turmalina, no nordeste do estado, além de Rubelita e Salinas (ANM, 2023). Na Figura 2, é possível visualizar tanto a região do Vale do Jequitinhonha quanto os municípios que integram esse megaempreendimento. Esses municípios representam os principais pólos potenciais de exploração do metal. Segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM, 2023), no primeiro bimestre de 2023, havia 377 processos em fase de autorização de pesquisa em 22 municípios da região. Com processos já ativos nas cidades de Araçuaí e Itinga.

Figura 2 - Mapa de localização; Vale do Jequitinhonha; “Vale do Lítio”



Fonte: Produzido pelos autores, 2024. Bases de dados: IBGE, 2022.

Enquanto na Bolívia, Chile e Argentina, o lítio está depositado em salinas, onde o processo de extração ocorre por meio da técnica de evaporação, na qual a salmoura é submetida a etapas sucessivas de adição de cal para precipitação dos sais de sódio, potássio, magnésio e outros, até alcançar o composto de lítio (Xerri; Xerri, 2023, p. 12), no Brasil, o principal método de extração do lítio é a mineração de rochas pegmatíticas, destacando-se minerais como espodumênio, petalita, amblygonita e lepidolita (ANM, 2023). Nesse sentido, nossa produção baseia-se na extração de minério sólido, um processo mais intensivo em energia e infraestrutura e que, por sua vez, resulta em uma mineração mais agressiva em reação imediata. Os estudos mais aprofundados sobre os principais impactos territoriais da exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha acontecerão em um momento mais avançado da pesquisa, a partir de levantamentos em campo e de fontes secundárias, mas neste momento já é possível apontar informações gerais sobre os efeitos deste modelo de neoextrativismo.

Em face a essa chegada tão rápida de mineradoras de lítio à região do Vale do Jequitinhonha e do grande número de processos interessados na exploração, o território vem enfrentando impactos em diferentes escalas, principalmente no que diz respeito às questões físicas do meio, como a paisagem. Apenas no período de 2001 até na de 2021 ocorreu um aumento de 728% no número de processos minerários (Sulzbacher et al., 2023).

O ano de 2020 é marcado como o *boom* da mineração de lítio na região, resultando em impactos mais fortes, principalmente, sobre as comunidades tradicionais presentes nos territórios, incluindo quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outras, que conseguem sentir as interferências da atividade em seus meios de vida. Souza et al. (2024) destacam que alguns desses impactos estão relacionados ao método de extração, que ocorre por meio de minas a céu aberto, o que, por consequência, acaba gerando uma poluição atmosférica gigantesca devido às explosões. As comunidades relatam tanto a poluição do ar, causada pela poeira, quanto a poluição sonora, gerada pelos constantes bombardeamentos.

A poeira vem sendo uma das principais pautas trazidas pelas comunidades, uma vez que interfere diretamente nas dinâmicas paisagísticas, substituindo a imagem limpa que essas comunidades possuíam por nuvens densas que reformulam a paisagem e transformam o ambiente em verdadeiros desertos de poeira. Essa visão pode ser vista em diversos relatos: “de uns anos para cá, a água baixou. Tem a estiagem brava, mas acho que essa poeira toda também prejudica o rio” (Ivanete Pinheiro Santos *apud* Guatelli, 2024, s/p). O que vem sendo bastante relatado também são as afetações na própria saúde. Os atingidos relatam, de forma recorrente, problemas respiratórios intensificados pelo pó. A maioria enfatiza que, antes da chegada da mineração pela *Sigma Lithium*, tais doenças eram raras ou inexistentes na comunidade:

Antigamente era um sossego. A gente ouvia os passarinhos, bebia água do riacho, as crianças não ficavam doentes. Depois que chegou essa empresa, ficou assim, ninguém consegue dormir, as crianças vivem tossindo, não têm paz (Angela Marques Santos *apud* Guatelli, 2024, s/p).

Souza et al. (2024) atribuem à exploração de lítio o potencial de agravar as desigualdades sociais, que comumente afetam de maneira profunda as comunidades tradicionais, com a perda de terras, recursos naturais e contaminação ambiental. Além da especulação imobiliária, resultante de um rápido adensamento populacional devido à chegada de trabalhadores, como vem ocorrendo na cidade de Araçuaí, Sulzbacher et al. (2023, p. 9) reforçam o processo de deslocamento forçado, “para acelerar a ‘limpeza das terras e das gentes’ de modo a diminuir a resistência, conflitos e eventuais denúncias que possam vir a comprometer a imagem e a narrativa de sustentabilidade (de responsabilidade social e ambiental) veiculada na mídia hegemônica por esses empreendimentos”. Os autores ainda reforçam que, dentro desse conflito entre mineração e comunidades, a insegurança jurídica é reforçada por uma histórica omissão do Estado. Neste caso, pior do que a omissão, percebemos uma forte atuação do Estado na criação e efetivação do “Vale do Lítio”, demonstrado nas notícias sobre o lançamento de edital, em que o governador estimula narrativas elogiosas sobre mineração.

O governo de Romeu Zema (Novo) lançou um edital para jornalistas e produtores de conteúdo chamado de Riqueza dos Vales, que vai premiar profissionais que contarem histórias sobre os efeitos transformadores de programas implantados na região do Vale do Jequitinhonha, chamado pela gestão de “Vale do Lítio” (Wilker, 2025).⁷

Enquanto que em alguns municípios os graves impactos da mineração já são percebidos e combatidos por movimentos sociais, a exemplo do recente abaixo assinado contra o projeto de lei do atual Prefeito de Araçuaí que visa reduzir em $\frac{1}{4}$ a área da unidade de conservação “Chapada do Lagoão” (onde estão 139 nascentes que abastecem afluentes do Rio Jequitinhonha)⁸, muitas pessoas que vivem nas cidades que compõem o chamado “Vale do Lítio” ainda não compreendem o megaprojeto, sua dimensão ou os impactos que a atividade pode trazer para suas vidas. Em suas pesquisas, Oliveira (2024) sistematiza e enfatiza essa questão ao identificar que, até o momento, não existe um canal de comunicação oficial entre o Estado e a comunidade. Ainda que haja uma tentativa recente de promover uma divulgação favorável à exploração do lítio — desconsiderando seus impactos negativos —, persistem relatos que evidenciam a falta de compreensão sobre o projeto “Vale do Lítio”, como o depoimento de uma atingida de Capelinha: “ninguém está entendendo nada” (Oliveira, 2024, p.10).

Figura 3 - Marcha do FAMA, protesto pela exploração predatória de lítio



Fonte: Guilherme Cavalli/Cimi

⁷ Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2025/01/15/especialistas-apontam-que-edital-de-zema-estimula-narrativas-elogiosas-sobre-mineracao>. Acesso em 13 fev. 2025.

⁸ O abaixo assinado, organizado pelo grupo “Janelas do Jequitinhonha”, está disponível em: <https://www.change.org/p/salve-a-apa-chapada-do-lago%C3%A3o>. Acesso em 17 fev. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos alguns dados e reflexões que nos deparamos durante a pesquisa – ainda em desenvolvimento – acerca da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, inserida no contexto de corrida mundial pela “transição energética”, onde o “Triângulo do Lítio”, formado pela Argentina, Chile e Bolívia, na América Latina, também recebe destaque. Conseguimos observar como a extração de lítio, mesmo que disposta sobre discursos sustentáveis, emaranha esses territórios, (principalmente aqueles sobrepostos a comunidades tradicionais) em diversos conflitos territoriais. Entendemos que a extração de lítio, impulsionada pela demanda global, se instalou nesses territórios de modo que as comunidades foram impelidas a aceitar a expropriação de suas terras em prol de um desenvolvimento econômico, que, por muitas vezes, já foram prometidos a esses povos – aqui, trato especificamente do Vale do Jequitinhonha –, mas que, de fato, não trouxe os benefícios esperados, apenas os estigmas de “pobreza”, “atraso” e “miséria”.

Quando pensamos que grande parte desses megaempreendimentos minerários se instalam em locais sobrepostos a terras de comunidades tradicionais, conseguimos compreender quão vorazes são processos neoextrativistas. É imprescindível entendermos como em outros territórios, latino americanos, estão lidando com esses conflitos e dilemas, como as comunidades tradicionais estão se organizando coletivamente contra os megaempreendimentos, para então, traçarmos estratégias de resistência e luta junto às comunidades atingidas do Vale do Jequitinhonha. É fundamental encarmos esse contexto já evidente de disputas (por terras, água, modos de vida e tradições), frente aos interesses de destruição das empresas mineradoras, e até mesmo do próprio Estado, que vem se mostrando um dos principais patrocinadores do “Vale do Lítio”.

Diante disso, nosso trabalho se comporta como um enunciado sobre a questão minerária do lítio no Brasil, de modo que denunciemos “Vale do Lítio” como uma fonte de discurso neoliberalista. Nas próximas etapas da pesquisa serão desenvolvidos mapeamentos das comunidades e povos tradicionais que estão sendo afetadas pela mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, bem como também denunciar as afetações já existentes no território.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. 2009.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. Global EV outlook 2024: trends in electric vehicle batteries. 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2024/trends-in-electric-vehicle-batteries>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Editora Elefante, 2020.

ARAÚJO, Aline Da Silva. **Lithium valley brazil: considerações sobre a crescente demanda por lítio no brasil**. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94576>. Acesso em: 16/02/2025

CATAIA, Marcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEG**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16356>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FRESSOZ, Jean-Batiste. POUR UNE HISTOIRE DÉSORIENTÉE DE L'ÉNERGIE. **25èmes Journées Scientifiques de l'Environnement-L'économie verte en question**, [s. l.], 6 mar. 2014. Disponível em: <https://hal.science/hal-00956441/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FURTADO, Júnia Ferreira. A história do Vale do Jequitinhonha. **Cadernos do LESTE**, 2009.

GARDNER, Ana Cabral. É uma honra transformar o Vale do Jequitinhonha no Vale do Lítio. **Revista Mineração e Sustentabilidade**, Brasil 2022. Disponível em <https://revistamineracao.com.br/2022/09/20/e-uma-honra-transformar-o-vale-do-jequitinhonha-no-vale-do-litio/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GÖBEL, Barbara. La minería del litio en la Puna de Atacama: interdependencias transregionales y disputas locales. **Iberoamericana**, p. 135-149, 2013.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. **São Paulo: UNESP**, 2006..

HEIDER, M. Inmine. Mapa da Mina 2024. Os principais projetos de exploração e produção mineral do Brasil. Cenário do Lítio no Brasil. Publicado em 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/cenarios-do-litio-no-brasil/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

HENRI, Acserald *et al.* **O que é justiça ambiental**. [S. l.]: Garamond Universitaria, 2009. 160 p. ISBN 978-85-7617-159-1.

MARTINS, Edvaldo Rodrigues; PEREIRA, Laurindo Mékie. O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 25, n. 1, p. 192-205, 2019.

OUTLOOK, IEA Global EV. Moving towards increased affordability. **International Energy Agency: Paris, France**, p. 174, 2024.

PAES, Vinicius José de Castro et al. O" Projeto Avaliação do Potencial do Lítio no Brasil" na Província Pegmatítica Oriental do Brasil: o Serviço Geológico do Brasil-CPRM fomentando a pesquisa mineral. 2023.

PAES, Vinícius José de Castro *et al.* **AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DO LÍTIO NO BRASIL: ÁREA DO MÉDIO RIO JEQUITINHONHA, NORDESTE DE MINAS GERAIS.** [S. l.: s. n.], 2016. ISBN 978-85-7499-283-9. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/17451>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PARK, Shawn et al. EV battery makers. **Charging the car of tomorrow, Deutsche Bank. Markets Research**, 2016.

PAULA OLIVEIRA, M. O avanço da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha (MG) e a reprodução das desigualdades e dependências internacionais: avance de la minería del litio en el Valle de Jequitinhonha (MG) y la reproducción de las desigualdades y dependencias internacionales. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. e1416, 2024. DOI: 10.21530/ci.v19n1.2024.1416. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1416>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PRAGIER, Deborah; NOVAS, Mariano A.; CHRISTEL, Lucas G. Comunidades indígenas y extracción de litio en Argentina: juridificación y estrategias de acción. **Íconos** [online]. 2022, n. 72.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. Por uma geoestratégia do triângulo do lítio sul-americano. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/3043>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SERVILHA, M. de M. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. **Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX**, p. 22-50, 2012.

SOUZA, V. M. de; CHAVES, F. R.; SILVA, E. A. da; SANTANA, O. M. A mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha: impactos econômicos, socioambientais e geopolíticos. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e8628, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-321. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8628>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SULZBACHER, Aline Weber *et al.* POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO FRONT COM A MINERAÇÃO NO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS. **X SINGA**, [s. l.], 2023.

XERRI, Bibiana IG; XERRI, Eliana G. O DESAFIO DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO TRIÂNGULO DO LÍTIO. In: **IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA: UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR**. 2023. p. 10.

XERRI, Bibiana. Neoextrativismo no triângulo do lítio, alterações ambientais e lutas comunitárias. **PARADIGMA**, p. e2025006-e2025006, 2025.

GUATELLI, Caio. Mineração de lítio adoece comunidades do Vale do Jequitinhonha. **Mongabay Brasil**, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/11/mineracao-de-litio-adoece-comunidades-do-vale-do-jequitinhonha/>. Acesso em: 13 mar. 2025.